



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JULHO DE 1998.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kietse - José Tavares - Cafeto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

DATA: 10 de julho de 1996.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

LEI Nº 11.455

SÚMULA: Institui o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - O quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná é constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo são reunidos em grupos ocupacionais, integrados em níveis, com denominações específicas, na forma do Anexo I, e identificados em razão da natureza do trabalho.

§ 2º - Os grupos ocupacionais a que se refere o parágrafo anterior são os seguintes:

I - Grupo Ocupacional Superior; composto de funções que exigem conhecimentos teóricos e práticos de curso superior, para desenvolver atividades de assessoramento e outras correlatas;

II - Grupo Ocupacional intermediário; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de segundo grau e cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade;

III - Grupo Ocupacional Básico; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de primeiro grau.

§ 3º - A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características, pertinentes a cada cargo de provimento efetivo, serão especificadas em regulamento, a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 4º - Os cargos de provimento em comissão, constantes do anexo II, são de livre nomeação e exoneração, por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º - A investidura em cargo de carreira de provimento efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se como requisitos essenciais:

I - a nacionalidade brasileira;

II - a idade mínima de dezoito anos;

III - a conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo;

IV - a quitação com o serviço militar;

V - a quitação com as obrigações eleitorais;

VI - o gozo dos direitos políticos;

VII - não ter sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, salvo reabilitação;

VIII - a aptidão física e mental para o cargo.

Art. 3º - O provimento do cargo efetivo dar-se-á no nível inicial de vencimento do grupo ocupacional.

Art. 4º - A posse no cargo dar-se-á perante o Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de nomeação, prorrogável por uma vez até igual período, a critério da Administração.

Parágrafo Único - No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e de não estar, no exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 5º - Após o enquadramento de que trata esta lei, a progressão do servidor efetivo dar-se-á através de:

I - Progressão por mérito, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro de um mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de três anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

II - Progressão por antiguidade, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro do mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de três anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

Art. 6º - O desempenho do servidor efetivo será aferido, anualmente, pela chefia imediata, segundo critérios fixados pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos a coordenação e acompanhamento das avaliações.

§ 1º - Não será concedida progressão por mérito ao servidor que não obtiver grau mínimo quando da avaliação de desempenho, na forma do estabelecido em regulamento.

§ 2º - O servidor poderá recorrer do resultado de sua avaliação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da divulgação, ao Procurador-Geral de Justiça, que decidirá em igual prazo.

Art. 7º - O servidor autorizado a participar de eventos necessários a sua capacitação profissional, com ônus ou ônus limitados, comprometer-se-á a ressarcir ao Ministério Público do Estado do Paraná o valor atualizado, correspondente ao custo total ou parcial do afastamento, em caso de posterior pedido de exoneração, conforme as hipóteses estabelecidas em regulamento.

mento.

Art. 8º - A instauração de procedimento para a apuração de falta disciplinar suspenderá, até final decisão, o prazo do estágio probatório.

Art. 9º - Os vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, são os constantes da tabela I, II e III, do Anexo III.

Art. 10 - Os vencimentos dos cargos em comissão são os constantes da tabela do Anexo IV.

Art. 11 - O número de cargos efetivos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná fica definido no Anexo I.

Art. 12 - O número de cargos de provimento em comissão fica definido no Anexo II.

Art. 13 - As gratificações de função e os respectivos valores, a serem atribuídos pelo Procurador-Geral de Justiça, são os constantes do Anexo V.

Art. 14 - O Procurador-Geral de Justiça poderá atribuir aos servidores gratificação pela realização de trabalho técnico ou científico.

Art. 15 - O enquadramento dos servidores ativos e inativos, no quadro a que se refere o artigo 1º, far-se-á no nível que resultar da proporcionalidade havida entre a posição em que se encontrava na tabela de vencimentos básicos anterior e a posição correspondente na nova tabela de ven-

cimentos, guardada a correspondência do cargo com o respectivo grupo ocupacional, na forma do Anexo VI.

§ 1º - Para fins deste artigo os grupos ocupacionais atualmente existentes ficam transformados na forma do anexo I, considerado o nível de escolaridade correspondente.

§ 2º - No caso de servidores inativos, será considerado o cargo respectivo à data da aposentação, se o vencimento deste resultar em maior benefício.

§ 3º - Os cargos do quadro vigente, quando não corresponderem a nenhum dos criados por esta lei e cujos ocupantes atuais sejam enquadrados na nova tabela de vencimentos, na forma prevista neste artigo, serão extintos à medida em que ocorrer a sua vacância.

Art. 16 - Aos servidores de que trata a presente lei, aplica-se subsidiariamente o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - Lei nº 8.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 17 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da Dotação Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 18 - Ficam revogados o artigo 2º e seu parágrafo único e artigo 3º, ambos da Lei nº 8.371, de 14 de outubro de 1988, e a Lei nº 10.125, de 29 de outubro de 1992 e demais disposições em contrário.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	EXISTENTES	NOVOS	TOTAL
SUPERIOR	ASSESSOR JURÍDICO	012	025	037
	ADMINISTRADOR	004	002	006
	CONTADOR	004	010	014
	AUDITOR	000	020	020
	ASSISTENTE SOCIAL	002	008	010
	PSICÓLOGO	002	005	007
	ANALISTA DE SISTEMAS	001	002	003
	BIBLIOTECÁRIO	001	000	001
	TÉCNICO SUPERIOR *	014	000	014
	SECRETÁRIA EXECUTIVA	000	001	001
TOTAL		040	073	113

INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR TÉCNICO	075	040	115
	TÉCNICO EM HARDWARE	000	004	004
	TÉCNICO DE SUPORTE	000	006	006
	PROGRAMADOR	000	003	003
	ALMOXARIFE	000	002	002
	IMPRESSOR GRÁFICO	000	001	001
TOTAL		075	056	131

BÁSICO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	070	000	070
	TELEFONISTA	006	007	013
	RECEPCIONISTA	000	005	005
	MOTORISTA	007	012	019
	AGENTE DE MANUTENÇÃO	002	005	007
	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	010	015	025
VIGIA		001	008	009
	TOTAL	096	052	148

TOTAL GERAL

211	181	392
-----	-----	-----

* CARGOS ATUALMENTE EXISTENTES E QUE NÃO FORAM PROPOSTOS NO ATUAL ANTEPROJETO DE LIS - CONFORME ARTIGO 16 § 3º

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO EXISTENTE		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
-	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	1
DAS-1	DIRETOR-SECRETÁRIO DA PGJ	1
DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	5
DAS-3	ASSESSOR JURÍDICO	1
DAS-5	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL	1
DAS-5	SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MP	1
DAS-5	ASSESSOR DE IMPRENSA	1
DAS-5	ASSESSOR	2
1-C	ASSISTENTE TÉCNICO DE DEPARTAMENTO	5
1-C	SUPERVISOR	2
3-C	ASSISTENTE	9
9-C	ASSISTENTE	1
TOTAL		30

SITUAÇÃO PROPOSTA		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
-	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	1
DAS-1	DIRETOR GERAL	1
DAS-3	SECRETÁRIO DO GABINETE DO PROCURADOR GERAL	1
DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	5
DAS-3	DIRETOR DA ASSESSORIA JURÍDICA	1
DAS-3	SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MP	1
DAS-5	ASSESSOR DO GABINETE DO DIRETOR GERAL	1
DAS-5	ASSESSOR DE IMPRENSA	1
DAS-5	COORDENADOR DE INFORMÁTICA	1
DAS-5	ASSESSOR DE GABINETE DO PROCURADOR GERAL	5
DAS-5	VICE-DIRETOR DE DEPARTAMENTO	5
1-C	ASSISTENTE	6
2-C	ASSISTENTE	6
3-C	ASSISTENTE	6
TOTAL		41

ANEXO III**TABELAS DE VENCIMENTOS**

TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
1	422,63	1	697,86	1	1.330,92
2	432,53	2	714,21	2	1.362,11
3	442,67	3	730,95	3	1.394,02
4	453,04	4	748,07	4	1.426,66
5	463,85	5	765,60	5	1.460,11
6	474,51	6	783,54	6	1.494,32
7	485,63	7	801,90	7	1.529,33
8	497,01	8	820,68	8	1.565,16
9	508,65	9	839,91	9	1.601,84
10	520,57	10	859,59	10	1.639,37
11	532,76	11	879,73	11	1.677,76
12	545,24	12	900,35	12	1.717,09
13	558,02	13	921,44	13	1.757,32
14	571,00	14	943,03	14	1.798,49
15	584,47	15	965,12	15	1.840,63
16	598,16	16	987,74	16	1.883,76
17	612,18	17	1.010,88	17	1.927,89
18	626,52	18	1.034,56	18	1.973,06
19	641,19	19	1.058,80	19	2.019,29
20	656,22	20	1.083,61	20	2.066,60
21	671,59	21	1.109,00	21	2.115,03
22	687,32	22	1.134,99	22	2.164,58

ANEXO IV

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
A - CARGOS DE ASSESSOR ESPECIAL	
SÍMBOLO AE - 1.....	811,76
B - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO DAS-1.....	498,91
SÍMBOLO DAS-2.....	440,34
SÍMBOLO DAS-3.....	410,39
SÍMBOLO DAS-4.....	360,91
SÍMBOLO DAS-5.....	320,96
C - CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO 1-C.....	207,12
SÍMBOLO 2-C.....	191,28
SÍMBOLO 3-C.....	176,67
SÍMBOLO 9-C.....	119,70

ANEXO V

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Denominação	Nº de funções	Valor
GF1	30	146,15
GF2	30	194,85
GF3	30	243,57

ANEXO VI

TABELA DE ENQUADRAMENTO

ANTERIOR

PROPOSTO

NÍVEL				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1	5	9	13	17	18	18	19	19	20	20	21	21	22	22
2	6	10	14	12	12	13	13	14	14	15	15	16	16	17
3	7	11	15	6	7	7	8	8	9	9	10	10	11	11
4	8	12	16	1	1	2	2	3	3	4	4	5	5	6
III	II	I												
SUP	INT	BAS												
GRUPO OCUPACIONAL														

OBS.: Os níveis de 1 a 4, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Superior, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela III.

Os níveis de 5 a 8, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Intermediário, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela II.

Os níveis de 9 a 16, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Básico, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela I.

2. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelas Senhoras Deputadas Elío Rusch e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Gar-

cia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amador, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Ro-

manelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Atur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossom e Walmon Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº CTL/SEEG/169/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 498/95, do Ministério Público do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 308/96, relativo à Mensagem nº 89/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis-

cussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família do Senhor Luiz Fernando Amiutti Pessoa, pelo seu falecimento ocorrido em 06.07.96.

Nasceu em Irati no dia 11 de março de 1933, iniciou sua vida trabalhando como contador, vindo mais tarde tornar-se empresário no ramo de reflorestamento.

Enorme foi sua contribuição para o progresso da cidade. Sem dúvida, foi uma grande perda.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família do Senhor Leonides Michalczuk, pelo seu falecimento ocorrido em 07.07.96.

Nascido no dia 27 de março de 1931 em Mallet, foi funcionário do Correio durante 20 anos, quando aposentou-se nesta função.

Em 1975 começou a trabalhar como taxista, sendo o primeiro taxista da cidade de Mallet, exerceu esta profissão até os últimos dias de vida.

Foi casado com a senhora Bernadete Michalczuk, teve três filhos: Wilson - que também é taxista - Vilma e Jeane.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo o presente requerimento subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Bernaldo Brito Costa,

ocorrido no dia 03 (três) próximo passado, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Requer ainda, que da decisão ora requerida junto a esta Casa de Leis, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Era o falecido, Cidadão Honorário de Ponta Grossa, conforme Lei nº 3.571, de 04 de agosto de 1983. Em suas atividades em prol do Município de Ponta Grossa, exerceu as seguintes: ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara de Vereadores, ex-Presidente do Ferroviário Esporte Clube; criador e fundador da APCD - Associação Ponta-grossense de Assistência à Criança Defeituosa, entre outras atividades e funções exercidas no Município.

REQUERIMENTO N° 595

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo o presente requerimento subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, desta Casa de Leis, REQUER seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Esvani José Gomes, ocorrido no dia 08 (oito) próximo passado.

Requer ainda, que da decisão ora requerida junto a esta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada, no endereço: Rua Bolívia, 142 - Bairro Ronia, no município acima denominado.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Xanbrê, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política, a ser comemorado no dia 25 de julho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Mui Digno Prefeito Municipal, aos Vereadores José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal; Amauri dos Santos, Américo Cícero dos Santos, Antonio Cardoso de Oliveira, Antonio José Espelho, Jaime Santos de Oliveira, José Wilson Cunha, Manoel Barbosa da Silva e Trajano José da Silva.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de votos de congratulações às lideranças e aos munícipes do pujante município de Alto Piquiri pela passagem de seu aniversário, a ser comemorado no dia 25 de julho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Elias Pereira da Silva, Mui Digno Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315); aos Vereadores José Wilson da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Ruben de Oliveira, vice-Presidente; Dirceu Peres Sanches, Primeiro Secretário, Olívio Ronlis, Segundo Secretário; Antonio Carlos Cavalcante, Manoel Cordeiro Sobrinho; Maria Inês Silva Gomes; Valdemir Cardoso Moura e Wilson Felipe Cruvinel (Rua Santos Dumont, 317), CEP 87580-000.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Cafesal do Sul, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no dia 20 de julho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Moisés Mendes Sanches, Mui Digno Prefeito Municipal (Rua Italo Orcelli, 798), aos Vereadores José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal, Augusto Cogo, Célio da Silva, Laércio Boscaroli, José Mário Morin, Juraci Ribeiro de Alencar, João Maciel, Luiz Antonio Dias e Nelson Faustino Neto (Av. Italo Orcelli, 658) CEP: 87567-000.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Maria Helena, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no dia 25 de julho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jessé Batista Correa, Mui Digno Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690), aos Vereadores Sebastião de Mendonça Xavier Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, Aparecido Onivaldo Bertolin, Antonio Bueno da Silva, Mauro Antonio Santucci, Aldrovando Beck Junior, Rosa Florencio da Silva, Carlos Alberto Zanchi, Luis Julio Priori e Emir Trentini (Av. Paraná,

1690) CEP: 87480-000.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Votos de Congratulações a Senhora Tânia Vieira, que mais uma vez coordenou com expressivo sucesso a Campanha do Agasalho da Associação dos Funcionários do BAMERINDUS.

Requer, outrossim, extensão do presente voto de congratulação a todo o corpo funcional e diretores do BAMERINDUS que colaboraram, na maioria deles, anonimamente, na presente campanha.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pela Associação dos Funcionários do Banco BAMERINDUS, que tem à frente Tânia Vieira, como Coordenadora Geral da Campanha do Agasalho, é um exemplo de solidariedade a ser seguido por todos os brasileiros. Os números apresentados pela entidade como resultado da campanha deste ano 603 toneladas arrecadadas e distribuídas entre 2.005 entidades, demonstram o sentimento de amor ao próximo os organizadores despertam nos paranaenses. Mais uma vez, o sucesso do evento vai garantir um inverno mais tranquilo para milhares de pessoas carentes do Paraná.

REQUERIMENTO N° 593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações ao Empresário Lidovino Colnaghi, destacado líder no setor madeireiro do Estado.

Requer, outrossim, que da decisão do douto Plenário, seja dado conhecimento ao homenageado na Rua Domingos Gresa, n° 446, CEP: 82540-260 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Um dos mais destacados líderes empresariais de nosso Estado, o madeireiro Lidovino Colnaghi tem se destacado em seu meio pelo dinâmico trabalho que realiza.

Homem simples e empreendedor, Lidovino Colnaghi tem se dedicado inteiramente ao ramo da indústria e comércio madeireiro, tendo conseguido destacar a Madeireira Colnaghi em todo o nosso Estado e em diversas partes do Brasil.

REQUERIMENTO N° 596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente requerimento abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER, seja enviado à Rádio Ponta-grossense e a seu titular de esportes Osires Naldi, votos de congratulações e aplausos pela cobertura que fará na cobertura dos jogos olímpicos que serão realizados no Estado de Atlanta, nos Estados Unidos da América do Norte.

Requer, ainda, que decisão ora requerida junto esta Casa de Leis, seja dada ciência aos acima nominados e homenageados.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à CIA de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando extensão da rede d'água até a localidade de Lageado, em Carambei, a 1 (um) quilômetro do Boqueirão em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A referida localidade de Lageado, em Carambei, está a 1 (um) quilômetro do Boqueirão em Ponta Grossa.

Mais de 70 (setenta) famílias estão se abastecendo d'água de rio e minas, contaminada por agrotóxicos, conforme já comprovado por análises efetuadas por órgãos oficiais, o que está ocasionando doenças, principalmente em crianças.

A localidade já dispõe de rede de luz.

REQUERIMENTO N° 589

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando estudos e providências para a inclusão da Farinha Bijú de Milho na cesta básica, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná apresenta alta produtividade na área de farináceos, porém, atualmente a comercialização do referido produto, encontra como obstáculos a taxa de 12% (doze por cento) de ICMS no Estado do Paraná e os baixos preços praticados no mercado, vêm contribuindo para desestimular a cultura do milho em nosso Estado.

Com a inclusão da Farinha Bijú de Milho na cesta básica o ICMS passa a ser de 7% (sete por cento), além de levarmos à

mesa da população de baixo poder aquisitivo um alimento de elevado valor nutritivo, estaremos incentivando a agroindústria, além de estimularmos nossos agricultores ao plantio de milho, possibilitando desta forma maior renda ao pequeno e médio produtor rural, gerando empregos aos trabalhadores volantes "bóias-frias", mão-de-obra por excelência neste tipo de cultura.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 312/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Rede Integrada de Transporte Coletivo da Região de Maringá - RTC - RM, abrangendo os Municípios de Maringá, Mandaguá, Marialva, Paigandu e Sarandi.

Parágrafo Único - A Rede Integrada de Transporte Coletivo da Região de Maringá, terá como finalidade a implantação do sistema de passe integrado entre os municípios mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 2º - As empresas concessionárias, há mais de cinco anos, de transporte coletivo dos Municípios mencionados no "caput" do art. 1º desta lei, terão prioridade de participação na implantação da RITC-RM.

Art. 3º - Caberá à Divisão de Serviço de Transporte Coletivo, vinculada ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, baixar as normas necessárias para implantação e organização da RITC-RM.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Região de Maringá, abrangendo os Municípios de Maringá, Mandaguá, Marialva, Paigandu e Sarandi, tem uma população estimada em 500.000 habitantes, e distam de Maringá, a mais longínqua, cerca de 20 Km.

A população dos municípios vizinhos a Maringá é constituída, em sua maioria, de famílias de baixa renda, que residem nesses municípios e trabalham em Maringá.

Diminuir os custos de transporte para os trabalhadores dessa região é um imperativo social dos mais relevantes e uma obrigação do Estado e dos Municípios mencionados neste projeto de lei.

Há estatísticas demonstrativas de que famílias desses trabalhadores estão dispendendo, em média, 30% de seus salários em gastos de passagens nos transportes coletivos. Reduzir esses gastos pela metade

significa mais alimento na mesa para sustento da família, alguma roupa para seus filhos vestirem.

Tendo em vista o grande alcance social que o presente projeto de lei representa para a população da Região de Maringá, é que apresentamos o mesmo para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 313/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Regente Feijó, com sede no Município de Doutor Camargo, e foro na Comarca de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Regente Feijó, do Município de Doutor Camargo, pessoa jurídica de direito privado, "é um órgão de representação dos pais e professores do Estabelecimento, não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros" (art. 2º do Estatuto da entidade).

A APM da Escola Estadual Regente Feijó, de Doutor Camargo está situada no prédio da Escola, na Rua Xavier da Silva, 998, em Doutor Camargo, e "tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família - escola - comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar" (art. 3º do Estatuto da entidade).

PROJETO DE LEI Nº 314/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Camargo - Ensino de 2º Grau e da Escola Municipal Padre Mateus Elias - Ensino de 1º Grau, com sede no Município de Doutor Camargo e foro na Comarca de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Doutor Camargo - Ensino de 2º Grau e da Escola Municipal Padre Mateus Elias - Ensino de 1º Grau, do Município de Doutor Camargo, pessoa jurídica de direito privado, "é um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros". (Art. 2º do Estatuto da Entidade).

A APM do Colégio Estadual Doutor Camargo e da Escola Municipal Padre Mateus Elias, de Doutor Camargo, está situada no prédio dessas escolas, à Rua General Carneiro, 1047, em Doutor Camargo, e tem por objetivo geral: discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade. (Art. 3º do Estatuto da Entidade).

PROJETO DE LEI N° 315/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro à Rua Nossa Senhora de Fátima, bairro Abranches, Curitiba, deste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora de Fátima, entidade assistencial, sem fins lucrativos, de caráter não representativo, reivindicatório, beneficente, educativo, voltado a solução dos problemas do bairro, contribuindo para a promoção da pessoa humana, vem assistindo as famílias carentes e necessitadas, com vários programas beneficentes, conseguidos com o empenho da diretoria e membros, que não medem esforço para contribuir para o bom desempenho das atividades sociais a que se propõe.

Conhecedor das atividades que esta entidade vem desenvolvendo em prol da comunidade e frente ao exposto, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 316/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Hildebrando de Araújo, com sede e foro, à Alameda Cabral, 300, Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Hildebrando de Araújo, entidade assistencial, sem fins lucrativos, devidamente constituída por escritura pública lavrada as fls. 83, do livro 381-NS, do 5º Tabelionato de Notas devidamente registrado no livro 600-NA, fls. 092, em data de 23/03/92 vem assistindo as famílias carentes, crianças necessitadas, gratuitamente, nos assuntos de real interesse da comunidade curitibana.

Tendo em vista o atendimento prestado a comunidade e frente ao exposto, achamos ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 317/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Tapejara, com sede e foro na mesma cidade, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Cidade de Tapejara, deste Estado, é uma entidade filantrópica, sem finalidades lucrativas que atende as crianças portadoras de deficiência do município, na maioria carentes e filhos de famílias sem nenhum recurso por intermédio da Escola Especial "Caminho do Saber" que sobrevive com doações e realizações desta associação, para poder dar um atendimento mais digno aos seus alunos.

Frente ao exposto, achamos ser esta entidade merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 318/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Santa Cecília do Pavão - APAE, com sede e foro naquela ci-

dade, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Santa Cecília do Pavão, deste Estado, é uma entidade que mantém a Escola Especial Ceciliense, sem fins lucrativos assistindo atualmente a 20 alunos portadores de deficiências múltiplas sem recursos, sendo a maioria oriunda do interior do município.

Desde sua fundação, em data de 18 de outubro de 1993, vem prestando ajuda, além dos portadores de deficiência, aos demais necessitados e menos favorecidos, somente com recursos adquiridos com campanhas realizadas com a sociedade ceciliense.

Frente ao exposto, achamos que esta entidade é merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 319/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores do Bairro Capinzal, com sede e foro na Cidade de Itaperuçu, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro Capinzal, da Cidade e Município de Itaperuçu, deste Estado, foi fundada em cinco de abril de 1986, entidade filantrópica e sem fins lucrativos que vem assistindo as famílias carentes e necessitadas moradoras deste bairro do Capinzal, dando guarida e assistência médica, encaminhando os doentes aos hospitais, entregando cestas básicas as famílias mais pobres, educando e ensinando-as para que possam trilhar os caminhos mais seguros e confiantes.

Conhecedor das atividades que esta associação vem realizando, achamos a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 320/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Reabilitação e Atendimento "Professor Carlos Neufert", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho, des-

te Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Reabilitação e Atendimento "Professor Carlos Neufert", entidade assistida pela Associação jacarezinhense de Reabilitação do Deficiente Auditivo e Atendimento ao Deficiente Visual - AJADAVI, vem atendendo as crianças portadoras de deficiência auditiva e visual daquela Cidade de Jacarezinho, na maioria oriundas do interior do município e carentes, somente com recursos próprios ou repassados pela mantenedora AJADAVI daquela cidade.

Frente ao exposto, achamos ser esta entidade merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 321/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Pinheiros, Ipê e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Pinheiros, Ipê e Planta Santa Helena, desenvolve, há muito tempo, trabalhos junto à comunidade daquelas localidades, sempre procurando desenvolver programas benéficos, culturais e de natureza social.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 322/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pinheiro do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Es-

cola Estadual Pinheiro do Paraná, foi fundada há mais de 20 anos e em muito tem colaborado com a formação dos educandos da Escola Pinheiro do Paraná, proporcionando a integração escola/comunidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 323/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ângelo Volpato, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ângelo Volpato, tem por objetivo maior colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, que é da maior importância na formação do caráter do futuro cidadão.

PROJETO DE LEI N° 324/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de São Braz, procura através do seu trabalho exemplar, manter a Creche Jesus Criança, que tem por finalidade o atendimento nutricional, de saúde, pedagógico e espiritual das crianças da comunidade de São Braz.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 325/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurada a distribuição gratuita de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Consideram-se pessoas carentes aquelas cuja renda familiar seja igual ou inferior a três salários mínimos.

Art. 2° - Para os efeitos desta lei, a "cesta básica" dos medicamentos e insumos, a serem distribuídos nas unidades de saúde, compreende os seguintes:

- I - insulina;
- II - antidiabéticos orais;
- III - reagentes para exames;
- IV - seringas para a aplicação de insulina;
- V - fitas reagentes;
- VI - adoçantes dietéticos;
- VII - material de informação e educativo para o acompanhamento e controle da doença.

Art. 3° - As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária a ser incluída na Secretaria de Estado do Paraná.

Art. 4° - Fica autorizado o Estado do Paraná a celebrar convênios para atender o disposto na presente lei.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.07.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

É extremamente expressivo, somando algumas centenas de milhares, o número de diabéticos no Estado do Paraná, boa parte dos quais carece de recursos para fazer face ao tratamento que os manterá vivos e saudáveis.

O elevado custo dos medicamentos, em especial a insulina, consumida em doses diárias, quase torna proibitivo o seu uso pelas camadas sociais mais pobres.

Não bastasse, há também gastos de expressivo montante com a aquisição de seringas, antidiabéticos orais, adoçantes, etc., despesas continuamente repetidas que oneram modestos orçamentos domésticos em si já deficitários.

Considerando que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, entendemos que o Estado do Paraná, que se inscreve entre as unidades federativas de maior desenvolvimento econômico e social, dispõe de recursos para chamar a si a meritória tarefa de propiciar a distribuição dos medicamentos, em particular da insulina e dos antidiabéticos orais, e ainda das seringas, aos diabéticos carentes, modo e

maneira de contribuir para que vidas preciosas sejam poupadas.

A aprovação deste projeto de lei com certeza ajudará no resgate da imensa dívida social que todos contraímos para com irmãos nossos de menor poder aquisitivo, portadores de enfermidade que tantas vítimas faz, e que pode ser perfeitamente controlada mediante o uso correto dos medicamentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada no Pequeno Expediente, e em seguida, ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupo esta tribuna para parabenizar o Governador Jaime Lerner, pela iniciativa tomada, anunciada ontem a todo o Estado do Paraná de criar a Secretaria Especial do MERCOSUL, mais uma Secretaria que integra o 1º Escalão do Governo do Estado.

Há muito tempo venho cobrando do governo, providências nesse sentido. Ainda quando governador, hoje Senador, Roberto Requião, eu levava até o governador da época, um projeto que previa a criação da Secretaria Especial do MERCOSUL para o Estado do Paraná. A Secretaria não foi criada e ontem vimos com alegria, estampada em todos os jornais, a divulgação dessa iniciativa do governo do Estado. Considero muito importante, até porque tenho acompanhado as discussões sobre o MERCOSUL, quando Deputado Constituinte, quando Deputado Federal e percebi que Estados como Santa Catarina, como o Rio Grande do Sul se preocupam, debatem e discutem em profundidade o MERCOSUL e as suas implantações e eu não conseguia admitir e conceber que o Estado do Paraná que é um Estado que fisicamente faz divisa com dois dos quatro Países do MERCOSUL, o Paraguai e a Argentina em grandes extensões, ficasse praticamente alheio a essa discussão.

Quando chegamos aqui na Assembleia Legislativa, tomamos a iniciativa de apresentar um projeto de lei criando a Comissão Técnica nessa Casa, do MERCOSUL e o Deputado Caíto Quintana já havia tomado essa iniciativa e o Deputado Irineu Colombo propôs a criação da Comissão Especial da Casa para tratar dos assuntos do MERCOSUL, mas o fato é que até o presente momento, não houve um debate aprofundado, detalhado sobre o MERCOSUL que é uma questão irreversível e que está provocando alterações profundas na nossa economia, que está mudando a fisionomia da região dos países que contemplam o MERCOSUL, por isso considero muito importante e faço questão de registrar que essa iniciativa merece todo o nosso apoio e o aplauso do povo do

Paraná. Acho que a Secretaria Especial do MERCOSUL vem tardiamente, mas vem.

Antes tarde do que nunca e faço apelo à Mesa dessa Casa, aos Senhores Parlamentares, para que agilizemos os Projetos de Resoluções que estão tramitando nesta Casa prevendo a criação da Comissão Técnica do MERCOSUL aqui nesta Casa.

MERCOSUL é uma realidade. Tem que ser encarado de frente, tem que ser discutido em profundidade, porque é uma questão irreversível. Questões práticas mostram que essa discussão sobre o MERCOSUL tem que acontecer. No nosso caso específico da Cidade de Foz do Iguaçu, o nosso empresariado até por falta de discussão, não se apercebeu em tempo, as mudanças que o MERCOSUL acarretaria na relação de comércio, entre o comércio de fronteira e o comércio dos Países vizinhos.

Resultado: numa região de comércio de exportação, ali de fronteira, a região da Vila Portes, Jardim Jupira, mais de 500 empresas fecharam as suas portas, a partir da implantação efetiva do MERCOSUL. Isso os nossos empresários não se apercebiam, só tardiamente se aperceberam que o MERCOSUL mudaria a forma de se fazer comércio naquela fronteira.

Hoje, o comércio não mais acontece na fronteira, o comércio acontece de capital para capital, de Buenos Aires, para Assunção, de Buenos Aires para São Paulo, e assim por diante. E nós da fronteira, até porque não discutimos essa questão e pagamos um alto preço por isto.

E é por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faço questão de registrar aqui os meus elogios a essa atitude do Governo do Estado, comunicar a Presidência e ao nobres colegas Parlamentares que oficialmente sou candidato a Prefeito da Cidade de Foz do Iguaçu, numa coligação com o PSDB, PT, PSB e PL, e estaremos nos próximos 3 meses, tentando angariar simpatia do eleitorado iguaçuense, e se possível ocupar o Paço Municipal.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Próximo orador, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Comparecemos a tribuna na tarde de hoje, para de certa forma manifestar o nosso contentamento com o Governo Federal no que diz respeito ao pacote agrícola anunciado nos últimos dias por Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Ministro da Agricultura, Senador Arlindo Porto. Se de um lado essas medidas ainda não contemplam a expectativa do setor produtivo rural, e nós temos observado que

alguns setores inclusive no Paraná, liderados pela Federação da Agricultura, FAEP, e se manifestam de forma contrária a alguns pontos deste plano.

Se de um lado, portanto, ele não atende a todas as necessidades, as aspirações do setor produtivo. De outro lado ele nos assegura com muita clareza, que para a safra 96/97, nós temos a disposição do setor produtivo, seja da agricultura ou da pecuária, recursos num volume superior ao que tivemos na safra 95/96, que acabou por assim dizer de ser colhida e até mesmo já se encontra em fase final de comercialização.

Se de um lado, nós ainda não temos no País a política agrícola que nós gostaríamos de ter, de outro lado há de se reconhecer neste momento, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso adota medidas que vem de encontro aos constantes reclamos, as constantes manifestações das lideranças produtivas, seja através de Federação, de Associações, seja através da Organização das Cooperativas do Paraná, ou mesmo da Organização das Cooperativas do Brasil.

Se nós formos ler atentamente as medidas anunciadas nesse Plano Agrícola da safra 96/97, nós vamos encontrar uma série de ações ligadas por exemplo ao PROAGRO cuja alíquota cobrada dos produtores está sendo reduzida numa série de culturas para que possa o produtor realmente buscar o apoio e a segurança do PROAGRO e possa o produtor, ao assumir este compromisso junto ao PROAGRO, desembolsar uma quantidade na forma de alíquota, na forma de taxa, bem menor do que desembolsava. Em alguns casos esta taxa foi reduzida em mais de 50%. É evidente de que para isso há necessidade de se observar alguns critérios também disciplinados, já para algumas regiões do País no que concerne ao zoneamento agrícola que é um outro fator que na nossa maneira de ver é da maior importância para o setor produtivo e nesse sentido inclusive já nos manifestamos aqui na Assembleia, cumprimentando na ocasião o Ministério da Agricultura José Eduardo por implantar no Paraná como iniciativa piloto, o zoneamento da cultura do trigo que é sem sombra de dúvida uma das mais importantes do Estado.

De outro lado se tivemos estas medidas no PROAGRO, se tivermos aspectos firmes na questão do zoneamento agrícola, também no PRONAF que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, tivemos algumas medidas que esperamos sejam concretizadas pelos Bancos porque agora não só mais o Banco do Brasil pode operar com o PRONAF mas também os Bancos Estaduais, os Bancos Privados, nós esperamos que efetivamente possa ocorrer a ocupacionaliza-

ção deste programa. Enfim, somando-se todos estes pontos e a garantia de um volume maior de recursos nós de certa forma, tínhamos a obrigação de manifestar este nosso contentamento, já fizemos através dos jornais, através de rádios e estamos fazendo hoje neste Plenário na condição de Presidente do Bloco Agropecuário.

Repito, as medidas não são ainda as esperadas, não são ainda aquelas que todos nós ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma trajetória estamos reivindicando, mas aquilo que se apresenta como Plano Agrícola para a safra 96/97, sem sombra de dúvida é muito superior, é melhor do que foi aquilo em 94/95 e em 95/96. Por esta razão eu cumprimento ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, pelas medidas anunciadas e vamos ficar agora através do bloco agropecuário, através deste Parlamento, cobrando e acompanhando de perto o que acontecerá no desenrolar da safra agrícola 96/97 para ver se efetivamente aquilo que se anunciou vai ou não ser cumprido.

Era isso Senhor Presidente. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, ao ver a "Gazeta do Povo" que considero um dos grandes jornais deste país ao lado da "Folha de Londrina", do jornal o "Estado do Paraná". O Paraná hoje não perde em termos de jornal para nenhum Estado brasileiro. É difícil você ficar sem ler os grandes jornais que circulam no Estado do Paraná. E na Gazeta do Povo, Deputado Romanelli, tem uma pesquisa hoje que me deixou bastante enaltecido porque vejo ali o Deputado Belinati, Deputado Haully, Deputado Tavares, Deputado Paulo Bernardo, vai ser uma grande campanha política em Londrina.

O Belinati, que já foi Prefeito.

Haully, que é um dos grandes Deputados Federais neste Estado.

O Deputado José Tavares, que já foi um grande estafista no Congresso Federal, e tenho orgulho de ser seu amigo, estar entrando nesta batalha política em Londrina. E nada está decidido.

E o Deputado Paulo Bernardo, do Partido dos Trabalhadores, que também é um grande Deputado.

Mas, o que me chamou a atenção Deputado Romanelli, é que na pesquisa, não consegui empatar com o Governador Jaime Lerner, mas 39% dos eleitores londrinenses votam no candidato do Governador e 27 votam no candidato do Deputado Alborghetti. Isso para mim é motivo de orgulho, de res-

possibilidade, de credibilidade, e uma pesquisa, também, que está guardada a sete chaves, na Capital do Estado, revela que o Governador Jaime Lerner, transfere 47 a 49% dos votos, e o Deputado Alborghetti, consegue transferir na Capital do Estado 17% dos votos. Para mim também é motivo de orgulho, de satisfação, porque mantenho, hoje, na Rede Independência, na Rede Record, o programa de maior audiência na história da televisão brasileira, do meu Estado. E como Deputado, tenho seguido uma linha sempre procurando colocar em prática aqui os meus sonhos, os meus ideais. Fazer com que esses sonhos e esses ideais consigam vazar esse concreto da Assembleia Legislativa e abrir a cabeça do governo que ali está, de industrializar o Estado do Paraná para a geração de empregos, como está fazendo o Prefeito da minha Cidade Luiz Eduardo, como está fazendo o Prefeito da minha Curitiba, o Prefeito Rafael Greca.

E na Capital teremos um grande embate, Max Rosenmann, o meu querido e particular amigo, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, teremos o Secretário Cássio Taniguchi, teremos, meu querido, esta inteligência, que é o Deputado Angelo Vanhoni, teremos candidatos.

Considero assim com um respeito aos demais, mas no debate eu vejo o Cássio, vejo o Vanhoni, vejo o Max, com respeito aos demais e será um grande embate, ainda não está decidido.

Mas o que me chamou a atenção nas pesquisas - nesta outra, que está guardada e o que deverá ser publicada - lendo a pesquisa me lembrei do Deputado José Maria Ferreira e vi a felicidade do Deputado, do Deputado José Maria Ferreira outro dia ao defender o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Deputado José Maria, na pesquisa feita em Londrina e na pesquisa que vai ser publicada na Capital, a maioria do povo londrinense parabeniza o Governo Fernando Henrique e na Capital do Paraná também. E às vezes não entendo, Deputado José Maria, concordo com V.Exa., outro dia V.Exa. dizia nesta Casa que nós temos que dar tempo ao tempo, eu acharia até, Deputado, que o Presidente deveria ter um mandato maior, de oito anos. O Prefeito também ter um mandato maior, de oito anos para poder colocar em prática os seus sonhos e as suas realizações.

Deputado José Maria, hoje ao ler a Gazeta, fiquei lembrando de V.Exa. neste Parlamento, ao defender num debate, com o Deputado Antônio Belinati. Não posso tirar os méritos do Deputado Antônio Belinati, que acha que o Governo ganhou ao combater a inflação e, perdeu pela recessão e o desemprego que campeia este País.

Concordo com o Deputado Antônio Belinati, mas concordo com V.Exa. também. Por isso que eu acho, que se ganhar o Belinati, em Londrina. Quatro anos é muito pouco para que o Deputado Antônio, ou o Deputado Tavares, ou o Deputado Haully, aquele que ganhar as eleições possa, em quatro anos, realizar todos os sonhos que quer uma comunidade.

Então, Deputado José Maria é muito pouco tempo para o Presidente Fernando Henrique colocar em prática o seu sonho, os seus ideais.

Realmente, o Plano Real deu certo Srs. hoje, não se fala mais em dólar, neste País. Se fala no Real.

Veja, Deputado Romanelli, mandei o meu filho, agora no almoço, buscar uma coca-cola - sessenta centavos, a descartável. Quando ouvi falar isso na minha vida?

Acho que nós temos que dar tempo ao tempo. Por isso que parabenizo o Deputado José Maria Ferreira no seu debate com o Deputado Antônio Belinati. Nós temos que dar tempo ao tempo, mas nós temos que repensar algo muito sério. Nós temos que repensar o salário do funcionalismo público da Assembleia, que está uma desgraça. Uma desgraça. O salário da polícia é outra desgraça. O salário dos aposentados é outra desgraça. O salário da Polícia Militar é uma vergonha. Não adianta, só o coronel ganhar bem. O soldado tem que ganhar bem.

Agora, veja bem, Deputado Romanelli, foi descoberto na Capital a quadrilha do ICMS. Pasmem, Deputado Romanelli! A quadrilha do ICMS. O clube dos trezentos e sessenta empresários do Paraná, que roubavam a merenda escolar do meu Estado. Se o senhor ver a "Folha de Londrina", hoje, e quero até parabenizá-lo, no Caderno Economia, está fazendo uma das maiores reportagens a respeito do escândalo do ICMS, no Paraná. Que o Deputado Ricardo está debatendo no seu programa e, eu debatendo no meu programa. E estamos até sendo ameaçados por dar "nome aos bois" do Paraná. Foi o maior roubo. Olha, o PC perto do que está acontecendo no Paraná, é trombadinha, que já está no "colo do capeta". Já foi embora.

Às vezes, fico imaginando. O Governo luta lá em Brasília, para baixar a inflação, como diz o Deputado José Maria Ferreira. Há o desemprego do outro lado. Você luta de um lado, há a corrupção do outro.

O momento é de reflexão, Deputado Romanelli. É de muita reflexão. Mas eu quero deixar patenteado nesta tarde, Deputado José Maria Ferreira, que hoje ao comentar seu pronunciamento no meu programa de televisão, bateu com a pesquisa que saiu em Londrina e, que V.Exa. comentou neste Parlamento e vai bater com a pesquisa, que vai ser publicada na Capital do Estado do

Paraná. Como bate também a preocupação do Deputado Antonio Belinati a respeito do desemprego.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Alborghetti, V.Exa. faz alusão a nossa fala e eu gostaria de mais uma vez colocar, que o Governo Federal vem com proficiência, com dificuldade, mas vem cumprindo a programação, haja vista a dificuldade que sempre existiu na questão do financiamento da agricultura.

Há anos, nós estamos presenciando os recursos chegarem depois da safra, para poder financiar o próprio plantio. Este ano para a safra de 96 e 97, como bem aqui comentou o Deputado Orlando Pessuti, nós já estamos vendo os recursos vindo à frente. O PRONAF, que no ano passado teve 240 milhões para financiar os recursos do pequeno agricultor este ano terá um bilhão, mais, são quatro vezes mais. Mostra que o Governo Federal está preocupado com o emprego na agricultura, está preocupado com os empregos na pequena propriedade.

É um engano quando nós afirmamos que há recessão neste País, não há recessão, é a imprensa que, às vezes, não tão bem informada comunica e passa que há recessão. E há aqueles que utilizam a tribuna para tripudiar, não é o caso de V.Exa., mas existe no País uma economia em desenvolvimento, existe no País uma situação de uma economia que caminha. Nós vamos crescer, este ano, em torno de 4,5,5%, especialmente agora no 2º semestre.

Hoje nós podemos observar que foi agregado à frota nacional do Plano Real para cá, 4 milhões e 200 mil veículos, o índice de produtos eletrodomésticos em 142%. Aumentou o salário, que muitos esquecem, quando o governo entrou o salário era de 64 dólares e 69 centavos, hoje passou para 112. É pouco, é. Mas a cesta básica em 24 meses subiu 3 reais. Era 106 quando assumiu, viu Romanelli, por isso que eu tenho coragem de defender este governo, e hoje é 109.

Então por aí nós observamos, e se observamos ainda não há desemprego, não há recessão, houve a criação de mais de 600 mil postos de empregos. O que acontece, Deputado Romanelli, é que a taxa de crescimento vegetativo, deste País, é de 1,5, e a taxa de crescimento da força ativa ela chega quase a 5%. Então a nossa Economia para poder absorver esta taxa ela teria que expandir e mais, nós estamos crescendo e temos um complicador que é a reestruturação da nossa produção, da nossa Economia. Aí sim, nós estamos perdendo empregos e ainda assim conseguimos manter mais empregos.

É esta coragem que V.Exa. demonstra agora porque tem senso de responsabilidade

para com a Nação, e às vezes não vejo alguns companheiros terem esta mesma responsabilidade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não, o Deputado Romanelli tem senso de responsabilidade, ele faz uma série de análises, e o Deputado Romanelli sabe que o PMDB é o sustentáculo do Governo Fernando Henrique Cardoso, junto ao PFL.

Agora, concordo com o Deputado José Maria Ferreira, nesta minha divagação, sabe qual é o problema Deputado José Maria? Antigamente se ganhava muito no sistema financeiro, agora a classe empresarial não ganha mais do sistema financeiro! Agora a classe empresarial tem que investir! E existe, neste País de 3º mundo, está muito longe para chegarmos no 1º mundo, então neste País de 3º mundo existe sempre o complô, meia dúzia de idiotas, neste País, acham que a inflação tem que voltar, para viverem muito bem, na inflação, ganhando juros, ganhando correção monetária.

Ora gente, vamos dar tempo ao tempo, eu votei no Presidente Collor, foi, desgraçadamente, o pior governo que passou neste País! Errei, confesso que eu errei. mas eu acertei ao votar no Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sei lá, este homem transmite uma credibilidade, um respeito, é um homem que esteve exilado fora do País, sabe o que foi perseguição, sofreu. Agora nós temos que dar tempo ao tempo para que ele possa colocar este País, não no 1º mundo, mas que caminhe de encontro ao 1º mundo!

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Alborghetti, V.Exa., mais uma vez vai à tribuna e claro polariza as atenções da Casa, sempre com a inteligência que V.Exa. expõe as matérias que traz.

Mas eu não poderia deixar, na verdade, até por uma questão de coerência, de dizer o seguinte, eu repeto, como V.Exa. respeita, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, agora, eu não sou apaixonado pelo Fernando Henrique, sou apaixonado pela minha mulher.

E tenho que reconhecer o seguinte, que se o Presidente faz coisas que são muito positivas para o País, há um outro Brasil que V.Exa. conhece bem, e aqui nesta Casa a maioria dos Senhores Deputados percorrem os seus municípios, suas bases, visitam o comércio, a indústria, e vêem o seguinte, que o País está num grande e imenso atoleiro, nós caminhamos de uma forma acentuada nos últimos 15, 16 meses, para as maiores taxas de desemprego na história do

Brasil. E não é sem razão que se analisa que o Brasil segue o mau exemplo da Argentina, onde nós temos hoje 25% da população econômica desempregada.

Não é hoje, Deputado Alborghetti, nenhum de nós aqui, nenhuma família paranaense pode afirmar que não tenha um parente que não esteja desempregado. Qual é a empresa que tem dinheiro sobrando hoje, ou que tenha capital de giro e que não esteja desacelerando, Deputado Tavares? Quantas pequenas e médias empresas no Paraná inteiro estão falidas, Deputado José Maria?

Ora, Deputado Alborghetti, na verdade é o seguinte, a agricultura, os agricultores não têm como pagar o financiamento, Deputado Zuk, dos seus tratores que foram contratados pelas taxas do FINAME, porque é mais fácil devolver para o Banco do que pagar o valor de um trator novo. Esse é o assunto real, Deputado Alborghetti, V.Exa. tem razão, a coca-cola custa 60 centavos, mas quantas famílias não têm como comprar a coca-cola porque o salário é um salário de fome.

O Sr. César Silvestri - Deputado Alborghetti, acho que se nós fizermos uma retrospectiva do que era o Brasil antes do Governo Fernando Henrique e o que é hoje, todas as pessoas de bom senso, logicamente sabem que houve uma melhora significativa, principalmente para as pessoas de baixa renda, houve uma melhor distribuição de renda.

O problema do desemprego não é um privilégio do Brasil. Há dias atrás vi uma matéria que na França, hoje, se tem em torno de 8 milhões de desempregados, os Estados Unidos está com um dos maiores índices de desemprego, e muito em função da evolução tecnológica que está vindo através da informática e muitos outros sistemas de evolução tecnológica.

Logicamente que o Brasil passa por alguns problemas, mas nós temos que reconhecer que está havendo realmente uma melhora, principalmente para as pessoas de baixa renda. Agora, o que eu me admiro, Deputado Alborghetti, é que vejo Deputados que pertencem ao PMDB fazendo críticas severas ao Governo Fernando Henrique, e no momento em que o seu Partido é convidado para participar do Ministério participa, ou seja, o PMDB quer ser governo para ter os benefícios, mas não quer ter o ônus. E isso está acontecendo com muitos Partidos Políticos.

Por isso quero parabenizá-lo, e o Senhor que é do PT, e o PTB também faz parte do Governo Fernando Henrique e que está defendendo o Governo Fernando Henrique Cardoso, agora, fica realmente muito incoerente para membros, Deputados do

PMDB, fazerem críticas ao governo, num momento que o PMDB também é governo a nível Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar. As vezes não entendo as coisas, quando o Deputado Tavares participou da Constituinte em Brasília, ele fez uma série de emendas de interesse a família brasileira do meu Estado e do meu País.

Ninguém dá bola, o Belinati fez uma creche em Londrina a maior creche do Brasil, ninguém se preocupa.

O Prefeito Rafael Greca, perdoe-me, fez uma grande administração, como fez o Requião, como fizeram outros Parlamentares.

O Prefeito Rafael Greca, considero ele, uma das maiores inteligências da classe política desse País. Têm que respeitar esse homem, como respeito o Deputado Max Rosemann, como respeito as idéias que a Deputada Pugliesi colocou na Constituição do Estado do Paraná, todas as idéias da Deputada Irondi eram debates acalorados nesta Casa, passa-se o tempo e esquece-se tudo.

Deputado Romanelli, até gostaria que Vossa Excelência ganhasse as eleições nesta Capital, para que Vossa Excelência tivesse uma lição, na Prefeitura não é fácil, Deputado. Em quatro anos você quer fazer tudo, calma Deputado, em quatro anos o Senhor não conseguiu fazer o seu sonho da Habitação no Paraná, o Senhor tinha idéias...

Deputado Romanelli o Senhor sempre teve idéias brilhantes, sempre lhe respeitei pelas suas idéias brilhantes, no Setor da Habitação do Paraná, sempre lhe respeitei, achava o Senhor um homem capacitado e o senhor plantou um Programa de Governo fantástico na época do Governo de Roberto Requião.

As vezes o senhor foi até incompreendido, mas o senhor não conseguiu realizar o seu sonho. Foi muito pouco tempo que lhe deram, quatro anos.

Então é pouco tempo que nós estamos dando ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pelo amor de Deus! Vamos deixar o Presidente trabalhar, o Senador e o Deputado Roberto Campos, disse algo ontem no programa do Juca Kfoury, que me chamou a atenção.

Ele disse: "O Brasil não é mais o Brasil de antigamente".

Olha quem está falando - Roberto Campos, que é um crítico, considero Roberto Campos como eu considerava Auro de Moura Andrade, uma das maiores capacidades políticas desse país, como foi Auro de Moura Andrade, como é Roberto Campos hoje. É um crítico do Governo e dizia Roberto Campos

ontem no programa do Jornalista Juca Kfoury - vamos dar tempo ao tempo.

Melhor com ele, pior sem ele. Ele sofreu Romanelli - Agora, ser Presidente da República com esse congresso, não é fácil. Para ser Presidente da República é... a única coisa que eu não gosto do Presidente da República é do porta-voz.

Acho que ele dorme, que está desanimado com a vida. O Presidente mandou explicar... me dá até sono na hora que ele fala, se ele tivesse um porta-voz que chegasse e dissesse - Senhores da Imprensa, o Presidente Fernando Henrique manda transmitir aos senhores que não está fazendo isso, porque determinados setores da classe política estão perseguindo o Governo. Porque outros setores querem mamar na teta da vaca.

Mas não? O Porta-voz, chega lá - Boa Noite! Olha o Presidente mandou dizer que realmente a coisa não está muito boa, mas nós vamos tentar.

Dá uma vontade de dormir. Quando o embaixador do Presidente Fernando Henrique vai dar um comunicado, realmente eu me excito. Olha que coisa linda, o Governo está bem. O próprio porta-voz do homem desanima a gente. O que está faltando, nós precisamos ir para Brasília, ensinar. O que está faltando é um porta-voz que diga: Olha, esse projeto não deu certo, porque o Deputado, aquele de lá, aquele de cá, quer grana, e não está dando certo do lado de cá, porque eles querem umas cabritinhas para mamar, mais umas vacas para mamar. É isso que têm que falar.

Por outro lado, espero que os senhores ganhem as eleições. Mas, prestem a atenção, quatro anos é pouco tempo. Vamos dar a oportunidade para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso consiga colocar este País, não no primeiro mundo, mas que comece a engatinhar ao primeiro mundo.

Muito obrigado.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Gostaria de anunciar aqui a presença nesta Casa do ex-Prefeito de Cruzeiro do Oeste Antonio Alberto Scoparo, hoje candidato a Prefeito pelo PDT, e Jair Fernandes Lima candidato a vice-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado as ilustres presenças dos nominados.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas para título de esclarecimentos, o Deputado Cesar Silvestri, Líder do PSDB nesta Casa, quando se referia a Bancada do PMDB lá no Congresso Nacional que o Partido não estaria votando com o Governo, talvez vocês não estejam acompanhando a totalidade das votações, pois não é de se es-

tranhar, porque o presidente não é do nosso Partido.

Portanto, o que se estranha também lá no Congresso Nacional é que, Deputados Federais do PSDB não votam com o governo em algumas matérias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O PT com a palavra, Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A "Folha de São Paulo", de hoje traz um editorial chamado "Público e Privado", e chama atenção para o momento eleitoral que nós vivemos.

Cita o exemplo de São Paulo, quando o candidato a prefeito o Senhor Bittar, candidato de Paulo Maluf, vem freqüentando palanques de inauguração de obras naquela cidade.

E, a "Folha" faz uma crítica a esse tipo de postura, usar a Coisa Pública para obter o favor privado.

Isto, infelizmente não é só em São Paulo é no Brasil todo, e tem ocorrido, inclusive no nosso Estado.

As verbas de suplementação que estão na Ordem do Dia para serem votadas têm, a maioria delas, esse caráter, o de atendimento a convênio em municípios para que, assim possa, ir lá o Governador dizer que está atendendo os anseios daquela população, e que vai atender as necessidades daquela população.

Aí, lança-se pedras fundamentais, inaugura-se obras inexistentes, sem a preocupação se vai ser concluída um dia ou não.

Estes recursos que estão na Ordem do Dia, são, na sua grande maioria, de caráter eleitoral para se usar a Coisa Pública em favor dos candidatos do Senhor Governador.

E, antes da convocação dessa Sessão Extraordinária, como Membro deste parlamento, através da imprensa, tei críticas à convocação, dizia eu que, não tinha necessidade nenhuma e, prova a Ordem do Dia que não tem necessidade nenhuma.

Tudo o que hoje se vota, poderia ser votado no mês de junho, ou deixar para o mês de agosto.

Mas o caráter eleitoral faz a necessidade dessas sessões. Por exemplo, o Projeto de Lei 173/96, pede uma suplementação orçamentária de quatro milhões e oitocentos mil reais para atender a tão necessitada população de Foz do Iguaçu. Para atender a população que, urgentemente precisa de um Portal naquela cidade como se

fosse a grande prioridade de Foz do Iguaçu.

Pode-se construir portais, mas como está a questão de saneamento, habitação, saúde e educação? Não. Voa-se e colocam-se esses 4,8 milhões porque esse é o momento eleitoral e lança-se a construção de um portal como se vai resolver o problema daquela população.

A maioria dos projetos remete verbas para esse tipo de atendimento. Fala-se que o Governo do Estado tem ótimos, excelentes e competentes profissionais e técnicos para elaboração do orçamento.

Este ano, a grande competência deles já fez com que fosse aprovados 126 milhões, 771 mil, 980 reais com verba de suplementação. Essa tão decantada profissionalização, o tão decantado tecnicismo mostra que ou ele é incapaz e ineficiente ou ele é atropelado pelos interesses políticos dos governantes, porque essas verbas não foram locais e colocadas no orçamento quando agora, com menos de 6 ou 7 meses da sua execução, já tem que votar esses montantes de suplementação. Só agora em regime extraordinário, são 61 milhões, 834 mil, 830 reais.

Senhores Deputados o que demonstra ou que esses técnicos não são ineficientes que não previram essas construções, dessas obras ou essas obras não teriam necessidade nenhuma e elas estão sendo atendidas agora somente por causa do processo eleitoral e ainda usa o período extraordinário para que aumentem ainda mais as despesas do Tesouro do Estado sem necessidade, porque todas as verbas poderiam ser lotadas para atendimento daquilo que realmente o povo precisa; saúde, habitação, saneamento e educação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo mais oradores inscritos para o Horário das Lideranças, passaremos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis), de autoria do Senhor Deputado César Selene, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de

autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/96, que objetiva estabelecer normas pertinentes ao sanitário animal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Péricles Mello e Emerson Nerone, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 236/96

Acrescente-se ao artigo 1º:

§ 3º - Para os produtos artesanais fica assegurada a competência concorrente a nível municipal, concernente ao registro e à inspeção sanitária, visando a garantia do controle de qualidade aos produtos comercializados no âmbito local, exclusivamente municipal.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio: Doutor Rosinha, Péricles Mello e Emerson Nerone.

Emenda aprovada em 2ª Discussão.

Em votação.

Aprovada, incorporada no bojo do projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência que o item 2 seja colocado como último item a ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento verbal do Senhor Deputado Algaci Túlio.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/96, que autoriza o Poder

Executivo a contratar operação financeira não reembolsável (doação) no valor de US\$ 12.000.000,00 junto ao Banco KfW, instituição de crédito alemã, para financiamento a fundo perdido, de parte do Projeto Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 92, de 17.06.96 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 257/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável no valor de US\$ 12.000.000,00 de instituição alemã (Banco KfW), para financiamento a fundo perdido de parte do Projeto Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice para a normal tramitação da matéria nesta Casa de Leis.

Conclusão

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei n° 257/96.

Sala das Comissões, em 06.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 257/96

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda do Poder Executivo tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operação financeira (doação), não reembolsável no valor de R\$ 12.000.000,00 de instituição alemã, mais especificamente do Banco KfW, para financiamento a fundo perdido, de parte do Projeto Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná.

Após receber parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça sob o aspecto constitucional e legal da matéria, esta Comissão de Finanças é chamada a manifestar-se com relação à análise puramente sob o aspecto financeiro, conforme estabelecido no art. 3°, do Regimento Interno desta Casa de Leis, nada encontrou-se que pudessem impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós estivemos analisando o 257 e a Barbada do PT através da sua assessoria analisou e acha que esse recurso deve ser aplicado, uma vez que ele vem como Fundo perdido, realmente para aquilo que ele está sendo designado porque temos constatado que a Mata Atlântica tem sido destruída não pelos pequenos que lá vivem, mas justamente pelos grandes.

Então não basta o Governo do Estado investir essa doação que vem, de 12 milhões de dólares, se o Instituto Ambiental do Paraná não tiver uma política de atuação daqueles grandes proprietários de terra que continuam desmatando a Mata Atlântica. A gente vê o exemplo de que o Instituto vinha concedendo licenças em vários momentos para esse desmatamento. Queremos chamar a atenção para isso. Não basta investir os 12 milhões, mas é necessário coibir que vem acontecendo hoje na Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Khury) - Em votação o projeto.
Aprovado.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 082/96, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 500.000,00. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 92, de 17.06.96 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 260/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo que visa aprovar um crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Servirá como recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação (Anexo II), alterar o Demonstrativo da Receita (Anexo IV).

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 260/96

PARECER:

O presente projeto de lei é oriundo do Poder Executivo e visa aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme especifica, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu seu parecer favorável.

Constatamos no âmbito desta Comissão, que servirá como recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 92, de 17.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 259/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 259/96, oriundo do Poder Executivo que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, visando atender despesas de convênios com o SEBRAE - Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Paraná, ADETEC - Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e ISAD - Instituto Superior de Administração de Empresas do Paraná.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 259/96

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 061/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, visando atender despesas de convênios com o SEBRAE, ADETEC e ISAD.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu seu parecer favorável a matéria.

Chamada a opinar, esta Comissão constata que servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Desta forma, exaramos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Evidentemente que não somos contrários à suplementação de verbas porque sabemos que se destina às políticas de apoio à indústria e comércio do governo estadual, embora não saibamos em que serão aplicados esses 1 milhão e 700 mil reais, já que não veio anexado o Plano de Aplicação, mas nos anexos, principalmente no anexo 7 constante dessa mensagem governamental, vem com clareza enunciado, quais são as obras que estão sendo canceladas e evidentemente que para apoiar a industrialização do Estado que todos nós queremos que haja desenvolvimento, não podemos concordar com o cancelamento de obras que foram, de certa forma, a sua inclusão no orçamento, previamente negociadas com a Comissão de Orçamento e que fazem parte de obras prioritárias da região central do Paraná, mais precisamente, no Vale do Ivaí. Uma das obras canceladas é a pavimentação do acostamento do acesso principal à Cidade de Ivaíporã, no valor de 178 mil, 185 reais, obra já licitada, homologada, faltando apenas a ordem de serviço, num local onde, pelo menos umas dez pessoas já perderam a vida, porque o acostamento em más condições faz com que as pessoas trafeguem com carroças, bicicletas pela pista de rolamento, e isso tem ocasionado acidentes naquele local.

Também não posso concordar com o cancelamento da construção da Ponte sobre o Rio Ivaí, na localidade de Teresa Cristina, ligando o Município de Cândido de Abreu ao Município de Prudentópolis, representado nesta Casa pelo eminente Deputado João Techy, e principalmente porque é

uma obra também reivindicada há muito tempo, e os recursos que estão sendo cancelados somam a 662.720 reais.

Por esta razão, Sr. Presidente, o nosso voto ao Projeto de Lei nº 258/96, peço a V.Exa. que se registre como contrário.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nossa assessoria, a assessoria da Bancada do PT, esteve analisando junto com os Parlamentares essa Emenda de 1.700 mil. Novamente vem atender alguns convênios do Governo do Estado, mas nós, da Bancada do PT entendemos que vem cancelar obras importantes que estavam designadas para alguns municípios.

E mais do que isso, o SEBRAE, a ABETEC e ISAD, não apresenta aonde serão, no plano, aonde será investido esse dinheiro. Qual a região do Estado que receberá esse investimento? Qual a região que sofrerá o desenvolvimento por essa verba? Isso é muito ruim. É pedir para que nós Deputados votamos contra obras que estavam certas para ser investidas, para ser executadas, transferindo dinheiro para algumas instituições que não diz para nós aonde será investido esse dinheiro.

É necessário emprego no Estado do Paraná? Sim. Mas nem para dizer quantos serão os empregos que serão criados, quais são as empresas que serão atendidas ou criadas, e quais são as regiões que terão essas empresas.

Aí se torna bastante difícil para nossa Bancada se posicionar favorável ou até contrário, porque teria que ver custo e benefício do cancelamento de um para a execução de outras obras. A gente cobra, e até solicita vamos dizer assim, do Líder do Governo, que se possa esclarecer para a nossa Bancada e os demais Parlamentares. Quais? Aonde serão investidas e quais serão os programas que essas instituições aplicarão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. JOÃO TECHY (Para Encaminhar) - Voto contrário, Deputado João Techy também em relação a Prudentópolis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O voto do Deputado João Techy e Deputado Pesutti serão consignados em Ata, bem como da Bancada do PT.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/96 que aprova Crédito Suplementar no valor de R\$ 765.300,00 ao Orçamento da Secretaria da Chefia do Gabinete

do Governador, visando atender despesas, a reforma e modernização dos elevadores do Palácio Iguazu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 92 de 17.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 258/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 258/96, oriundo do Poder Executivo que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 765.300,00 ao vigente orçamento da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador, visando atender as despesas à reforma e modernização dos elevadores do Palácio Iguazu.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme os anexos II e III desta lei.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 258/96

PARECER:

O presente projeto de lei é oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 060/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 765.300,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e trezentos reais) ao orçamento da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador, visando atender as despesas à reforma e modernização dos elevadores do Palácio Iguazu.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão chamada a opinar, constata que servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme os Anexos II e III desta lei.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DULIO GENARI - Relator

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa verba de 765.300 reais, novamente vem numa questão importante. Cancela dotações orçamentárias do DER que estavam programadas para

atender despesas de construção de pontes, nos Municípios de Cruz Machado, Cândido de Abreu, Adrianópolis. Adrianópolis que parece que sempre foi vítima dos governos anteriores, parece continuar sendo também do presente governo. Cancela essas verbas para colocá-las no Palácio do Governo visando bem na Secretaria da Chefia do Gabinete do Governador para reformas e modernização dos elevadores do Palácio Iguazu.

Será que não tinha outra fonte, ou outro local para ir buscar esse dinheiro, vai cancelar de municípios que há anos anseiam pela melhoria das rodovias, melhoria das suas pontes e se coloca dentro do Palácio Iguazu para reformar elevadores. É difícil a gente concordar com este tipo de proposta por mais que o elevador necessite de ser melhorado, por mais que no elevador ande autoridades e pode até correr risco de vida, mas e estes municípios que necessitam fazer escoamento de sua produção e encontram dificuldades nisso, principalmente alguns municípios como Adrianópolis que é um município esquecido do nosso Estado. Aí se vê novamente preterido e abandonado e deixando para segundo lugar ou terceiro, este atendimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, pelas mesmas razões colocadas anteriormente em apoio até ao que disse o Deputado Florisvaldo Fier. Na minha avaliação pessoal embora reconheça de grande importância a reforma dos elevadores, até porque são utilizados pelas mais importantes autoridades, autoridades do Paraná, do Brasil, do Mundo e pelo povo em geral, mas como diz o Deputado Florisvaldo Fier, será que não tinha outro lugar para se buscar estes recursos que não em cima de 3 municípios dos mais carentes do Estado do Paraná? V.Exa. que representa Adrianópolis sabe da necessidade de obras como esta que é uma ponte, assim como sabe o Deputado Rossoni, o Deputado Annibelli e V.Exa. que representam Cruz Machado, como sabemos, Pessuti, Techy, Edson Liro, Miltinho Puppio da importância desta ponte sobre o Rio Ivaí na localidade de Tereza Cristina ligando Cândido de Abreu com Prudentópolis, uma região altamente produtora de cereais e que tem que se utilizar de uma pequena balsa fazendo com que muitas vezes a baldeação seja necessária. Chegando com o caminhão, descarrega-se a metade da carga, passa meia carga, volta, pega outra meia, carrega de novo e é uma ponte que de certa forma não é tão grande perto de tantas outras que se fazem necessário construir neste Estado.

Por esta razão, Senhor Presidente, conclamo aos Senhores Deputados que votemos contrário a este projeto no sentido que possamos continuar assegurando estes

recursos para três municípios dos mais carentes do nosso Estado: Cruz Machado, Adrianópolis e Cândido de Abreu, municípios eminentemente agrícolas, agropecuários, enfim, e que carecem destas pontes para poder esta produção agropecuária ser escoada e o produtor rural ter um preço mais justo, os alunos serem transportados com mais segurança.

Então, peço aos Senhores Deputados que nos acompanhem no voto contrário a este cancelamento de recursos a estes municípios e conseqüentemente contrário a esta suplementação proposta.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada eu havia alertado a esta Casa pelos cortes que vem sofrendo a Secretaria dos Transportes. Só para se ter uma idéia, na região de Irati são três estradas que estão paralisadas. Já denunciei isto aqui pela tribuna da Assembleia. Estradas importantíssimas no caso do asfaltamento que liga Irati a Inácio Martins, Guaraji a Teixeira Soares e assim por diante. Houve cancelamento de verbas de obras importantes no interior dos municípios paranaenses, principalmente aqui no sul.

E hoje, mais uma vez quero me associar às palavras do Deputado Orlando Pessuti e chamar a atenção desta Casa aos Deputados que foram Prefeitos, que fazem parte do Bloco Municipalista, que têm compromissos com os pequenos municípios do interior do nosso Estado para o que vem acontecendo com relação ao cancelamento destes recursos. Hoje, mais uma vez, a Secretaria dos Transportes sofre brutalmente com o corte destes recursos que estão previstos no orçamento. A continuar assim, a partir do mês de agosto, possivelmente a Secretaria dos Transportes pode fechar as suas portas. A continuar, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nesta rapidez com que está se retirando os recursos da Secretaria, do eminente Secretário, que representa o PSDB, o Schwartz, automaticamente a partir de agosto não vai ter o que fazer lá.

Então, quero me posicionar também contrário a esta matéria e fazer um apelo à Bancada Municipalista, para que votemos contrariamente a esta suplementação de verbas, que se retire de uma outra Secretaria, de um outro setor do Estado e não da Secretaria dos Transportes que vem em prejuízo dos pequenos municípios do interior do Estado do Paraná.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Quero pedir o voto contrário, mesmo dos Deputados governistas, por entender

que não é momento de tirar recursos de estradas, de pontes do interior sofrido do Estado, e destinar aí setecentos e sessenta e cinco mil reais para que o governo melhore a qualidade dos elevadores do Palácio. Lógico que é melhor um dia andarmos de elevadores mais luxuosos, mais rápidos no Palácio, mas não neste momento. Quando o Paraná passar essa crise brava que está afrontando os pequenos municípios, depois pensamos em melhorar a qualidade, o nível dos elevadores do Palácio.

E, segundo, só queria levantar, e por isso a Bancada do PT se colocou nula em relação às outras transferências. O Deputado Anibal Khury deixou registrado o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da transferência de crédito, não foi assim que o Deputado Rosinha tinha encaminhado. O Deputado Rosinha disse, que era impossível um posicionamento favorável ou contrário nesse projeto, já que ele retirava verbas, verbas propostas pelo Orçamento e não destinava, não mostrava onde seriam aplicados esses recursos.

Portanto, se não se sabe a aplicação dos recursos, onde vai se dar, não poderíamos ser favoráveis ou contrários. Esses recursos representam sessenta e dois milhões de reais, representam um e meio por cento do orçamento do Estado. Enquanto a ciência e a tecnologia estão lutando a duras penas para ver aprovado nesta Casa, recursos na ordem de dois por cento do orçamento, estamos dando uma carta em branco ao governo, para ele destinar para onde ele quiser um e meio por cento do orçamento em uma tarde de votação.

Então, por isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores pediu ao governo anteriormente e se colocou nula nesta questão, por sabermos que não poderíamos de forma alguma analisar essas transferências. Agora, com relação a este item específico que trata do concerto dos elevadores, a bancada é radicalmente contrária, por entender que não cabe neste momento tal transferência.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando discutimos este projeto na CCJ tomei uma providência, Deputado Alborghetti, que foi de consultar uma empresa especializada no fornecimento de elevadores. E acima os Senhores, o elevador para o transporte de oito pessoas, Deputado Duílio, para um prédio de 12 andares, custa duzentos e vinte mil reais, pouco mais, dependendo do projeto do prédio.

Então, vejam os Senhores, com o prego que está se colocando para se reformar e modernizar o Palácio, os elevadores do Pa-

lácio, dá para fazer uma escada de ponte rolante da Assembleia até o terceiro andar do Palácio. E reconhecemos todos aqui, os mais antigos e os mais novos que frequentam o Palácio, claro que os elevadores do Palácio exigem ascensoristas e sempre vão exigir mesmo, mas são elevadores seguros, que têm manutenção e que reconhecemos todos aqui.

O Paraná tem outras prioridades, para gastar aí cerca de quase um milhão de reais, para substituir elevadores do Palácio.

É para atender a quem, Deputado Alborghetti, a vaidade de quem quer subir o elevador e não ter tantos soquinhos para subir. Certamente não é o elevador do Governador, porque o Governador sobe pelo seu elevador de serviço, que é na garagem do Palácio. Pode ser que tenha algum Secretário que seja muito gordo e que daí esteja com problemas de transporte para chegar até o seu gabinete. Mas, seguramente não é, meus amigos Deputados e Deputada, um dinheiro bem aplicado este. Que se faça a manutenção do elevador, mas que se deixe para um outro momento, em que as prioridades do governo já possam ter sido atendidas, para que se possa gastar um milhão de reais.

É muito melhor, Senhor Presidente, pagar setecentos e sessenta e cinco mil reais e distribuir para as Universidades Estaduais do Paraná, que passam gravíssimos problemas para o seu custeio, do que colocar esse dinheiro para transportar os bem apessoados, aqueles que querem transitar por elevadores moderníssimos. Seguramente aqueles que nem existem até nos elevadores do primeiro mundo.

Por isso, peço voto contrário de todos os Deputados aqui desta Casa, numa demonstração de firmeza, de coerência e de respeito ao dinheiro público.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria também de encaminhar contrário a essa transferência de recursos do interior, do trabalhador do interior, do agricultor do interior, da produção do interior, Senhores Deputados, e, principalmente, quando se transfere e se aprova esta mudança, se desvaloriza o companheiro desta Casa que lutou para que no orçamento do Estado fosse colocada a sua prioridade, a prioridade do seu município.

E de mais a mais Senhor Presidente, no Palácio Iguazu o povo não está tendo acesso, a não ser quando Vossa Excelência está no comando do Governo transitório do transitório, é que nós conseguimos chegar no Palácio Iguazu, mais diretamente.

Então, como o Senhor é passageiro, nessa sua administração alegre, encaminho

contrário, porque o povo não tem acesso. E como não tem acesso, nada mais justo, nós votarmos contra. Por que quem está entrando no Palácio?

Então, o meu voto é contrário e solicito aos companheiros, em respeito ao que foi aprovado, pelo companheiro Pessuti e demais Deputados, no orçamento. Voto contra. Não se pode tirar dinheiro mais uma vez do interior, para se colocar aqui, no Estado do Paraná, aqui na Capital do Estado, principalmente, no Palácio Iguazu. Já que o nosso Governador é criativo e é o Governador da ecologia. É o Governador da grande Curitiba, que ele ache uma forma de fazer com que os elevadores, quem sabe até neste espírito de ecologia, tão bem colocada pelo Governador, ele possa transformar os antigos elevadores em elevadores ecológicos.

Mas tenho uma certeza, Senhor Presidente, dentro de aproximadamente vinte a trinta dias, que mesmo nós votando contra, nesta Casa, as transformações e as reformas serão feitas nos elevadores, mesmo sem esta Casa saber. E eu gostaria até esperar pra ver.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Só para justificar o meu voto contrário com relação a retirada da Ponte de Adrianópolis. Acho que não seria justo, dado a condição sócio-econômica daquela região.

O Presidente conhece bem. Quem conhece Adrianópolis sabe. Porque na verdade, a única coisa que cresceu em Adrianópolis, nos últimos vinte anos, foi a miséria e a fome.

Seria muito justo, muito digno, até porque esta Casa aprovou no ano passado a construção da usina, que deve trazer desenvolvimento para aquela região. Então, eu pediria encarecidamente a esta Casa, realmente que não transferisse esse recurso, retirando da região de Adrianópolis. Que retire de outra região.

Faço isso, porque fiz alguns votos. Lá estive naquela cidade, quando na minha campanha. E eu não conseguiria dormir tranquilo se soubesse que os poucos recursos que chegam àquele município, serão agora retirados por esta Casa.

Obrigado, Presidente.

O SR. ANTONIO BALINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para fazer uma declaração de voto, ouvimos atentamente as posições a respeito desse projeto, e para consignar em Ata, Senhor Presidente, nosso voto também contrário à aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o projeto con-

servem-se como estão. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

30 Senhores Deputados aprovam.

13 Senhores Deputados rejeitam.

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu, em contato com os demais Deputados da Casa entendo que o item 7 nós podemos retirar da Ordem do Dia, por duas sessões, para que possamos fazer uma revisão desta suplementação orçamentária. É importante, peço a Vossa Excelência que atenda, sei que deveria ter feito por escrito, mas peço que atenda este pedido da liderança de retirada por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi aprovado em 1ª Discussão e de acordo com o requerimento do Deputado Algaci Túlio, naturalmente com o apoio do Plenário nós vamos retirar por duas sessões. O projeto deverá entrar novamente provavelmente segunda-feira.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/96, que aprova reajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 4.269.530,00, ao vigente orçamento do DER - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 96, de 24.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 279/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 279/96, oriundo do Poder Executivo que aprova crédito suplementar de R\$ 4.269.530,00, ao vigente orçamento do DER - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme os anexos II e III desta lei.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 279/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 4.269.530,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta reais), ao vigente orçamento do DER - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para a análise sob o aspecto legal, constitucional e regimental da matéria, nada foi encontrado que pudesse sustar sua tramitação.

Esta Comissão, ao proceder a análise sob o aspecto financeiro, conforme determina o Art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que pudesse impedir a normal tramitação do presente projeto de lei tendo em vista que o recurso para cobertura do crédito será proveniente de cancelamento de dotação, conforme os anexos II e III desta lei.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

Este projeto foi retirado por 02 (duas) Sessões, conforme entendimento de lideranças.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/96, que dispõe que as instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de pró-labore. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. EMENDA DA C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto ressalvadas as Emendas. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda da Comissão de Educação. Em votação a emenda.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, uso da palavra para pedir o voto favorável dos Senhores Deputados a favor da emenda.

Na verdade esta emenda defende a autonomia das Universidades do Paraná. Nós entendemos que o Governo não tem o direito de estabelecer limitações, são os conselhos superiores de cada Universidade que devem dizer como a Universidade vai utilizar os recursos que ela captar, via prestação de serviços, seja através de bolsas de extensão, de bolsas de pesquisas ou re-

muneração direta para seus servidores. Mesmo porque esta limitação ela prejudica determinados tipos de serviços. Eu falava agora há pouco com o reitor da Universidade de Ponta Grossa e ele me dizia que alguns serviços prestados por professores, cursos de especialização, por exemplo, todo gasto que a instituição tem é com o pessoal, basicamente 90% dos gastos, ou 100%. Ao passo que outro serviço de laboratório, de engenharia, uma porcentagem enorme dos gastos são com custos de material.

Então neste caso uma porcentagem menor de recurso é utilizada para pagamento de pessoal. Mas no caso de curso de especialização que é uma das funções da universidade, não poderia ter esta limitação de recursos de 20%. De qualquer forma eu entendo que a universidade é uma instituição que deve ser respeitada a sua autonomia, por ser uma forma de instituição particular em que convivem não só três segmentos distintos, quais sejam os professores, os estudantes e funcionários, como também a universidade é uma instituição síntese, ela reflete todas as classes sociais e os diversos interesses que existem na sociedade paranaense.

Por isso, nós defendemos com intransigência esse princípio de autonomia, achamos que a autonomia deve ser respeitada.

E a nossa emenda simplesmente ela altera o artigo 1º, dizendo que a universidade pode utilizar parte dos recursos arrecadados por prestação de serviços para os seus servidores, de acordo com a vontade dos seus Conselhos Superiores, não há limite, são os Conselhos que decidem quais são os segmentos da universidade que discutem com democracia para saber o que é melhor para cada instituição.

Então, faço um apelo aos Senhores Deputados, que votemos favoravelmente a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, em defesa da autonomia da universidade.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 12 Deputados aprovam a Emenda, e 24 rejeitam. Emenda rejeitada.

Voto a favor do Deputado Jocélito Canto.

Emenda n° 2 - "Suprime-se o artigo 4º do Projeto de Referência, a seguinte expressão; obedecido o limite estabelecido no artigo 1º.

Os Senhores Deputados que aprovam a

Emenda, conservem-se como estão. Emenda aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo que com a rejeição da Emenda anterior, a Emenda nº 2 perde o sentido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda é considerada inválida.

Os Senhores Deputados que consideram a Emenda inválida conservem-se como estão. Invalidada a Emenda e o Projeto está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 578, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 583 e 584, de autoria do Sr. Deputado Toti Colago, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 585 a 588, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 589, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 590, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 592 e 593, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 594 a 596, de autoria do Sr. Deputado Jocélito Canto, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 598, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência com base no inciso 2º parágrafo 4º do Artigo 61 da Constituição Estadual prorroga o período legislativo desta convocação Extraordinária até o dia 20 do corrente mês, sem ônus para a Assembleia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 238/96 e 248/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 257, 258, 259 e 260/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/96.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Antonio Belinati, Luiz Claudio Romanelli, César Selene, Basílio Zanusso, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, José Tavares e Valdir Rossoni. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 259/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 061/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 264/96 do Deputado Albor Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 260/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 062/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 236/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 049/96. Parecer CONTRÁRIO À EMENDA do Deputado José Tavares - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 088/96 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL ÀS EMENDAS DE Nºs 4 e 5 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE Nºs 1, 2 e 3 do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 257/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 059/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 258/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 060/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO COM VOTO CONTRÁRIO dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Orlando Pessuti; 08) Projeto de Lei nº 279/96 do Poder Executivo - Mensagem nº 066/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 253/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 178/96 do Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 11)

Projeto de Lei nº 234/96 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA ANEXA do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 270/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 266/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO COM EMENDA ANEXA do Deputado César Selene - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 269/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Selene - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 273/96 do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Selene - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 246/96 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Selene - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 177/96 do Deputado Jocélito Cinto. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA ANEXA do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 247/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA ANEXA do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 144/96 do Deputado Edmo Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. O Deputado Orlando Pessuti solicita ao Senhor Presidente que sejam encaminhados para essa reunião os projetos de lei de sua autoria, em Regime de Urgência, parados no seu trâmite desde março, por tratar-se de alteração de divisas. Esclarece também que nesse período houveram projetos com igual teor que passaram com parecer favorável nessa Comissão e até já foram aprovados em Plenário. O Senhor Presidente consulta o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça se concordam com a convocação de uma Reunião Extraordinária para tratar desses projetos, colocando em votação - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos marcando uma outra reunião para logo após a Sessão Plenária, e dos quais para constar e produzir efeitos legais, laurei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(11) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª. LEGISLATURA
ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Nelson Justus e Duílio Genari. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 61/96 dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 82/96 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 062/96 dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(11) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª. LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos nove dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, César Selene, Ironi Pugliesi, Basílio Zanusso e Caio Quintana. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, laurei o presente Termo de Ata que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(11) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária